

ANÁLISE ECONOMETRICA DOS SALÁRIOS DO TURISMO PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EM 2006/2016

Lázaro Cezar Dias¹
Evilly Carine Dias Bezerra²
Priscila Soares dos Santos³
Clailton Ataídes de Freitas⁴

Resumo

Este trabalho busca analisar o efeito da educação, da experiência e da idade no salário de trabalhadores formais no setor de turismo para o estado do Espírito Santo, também são investigadas possíveis disparidades salariais entre homens e mulheres e discriminação por raça/cor. Para tal faz-se uso dos microdados da RAIS dos anos 2006 e 2016, presentes na plataforma do Ministério da Economia. Os resultados obtidos através das regressões por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e MQO com correção robusta foram estatisticamente significativos em sua grande maioria. Escolaridade, idade e experiência tiveram os sinais positivos esperados, *ceteris paribus*, a partir das estimações verificou-se que, em média, as mulheres recebem salários menores que os homens em trabalhos formais no turismo, e não foi verificada uma expressiva diferença salarial por raça/cor.

Palavras-chave: Salário. Turismo. Espírito Santo.

ECONOMETRIC ANALYSIS OF WAGES IN TOURISM FOR THE STATE OF ESPÍRITO SANTO IN 2006/2016

Abstract

This paper seeks to analyze the effect of education, experience and age on the salary of formal workers in the tourism industry for the State of Espírito Santo, and also investigates possible wage disparities between men and women, and discrimination by race/color; using the RAIS microdata 2006 e 2016 (Ministry of Economy). The results obtained in the regressions by Ordinary Least Squares (OLS) and OLS with robust correction were mostly statistically significant. Education, age and experience had the expected positive signs. *Ceteris paribus*, from the estimates it was found that, on average, women receive lower wages than men in formal jobs in tourism; but a significant wage difference by race/color was not verified for the cross-section performed.

Keywords: Wage. Tourism. Espírito Santo.

Área de submissão: Cultura, lazer, turismo e desenvolvimento regional.

JEL: C13; J70; R10.

¹ Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8498477387498732>. E-mail: lzr.cezar@gmail.com.

² Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2974687795526504>. E-mail: evillycarine@hotmail.com

³ Mestranda em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0706773976924003> E-mail: pri.soaares@gmail.com.

⁴ Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Link de acesso ao Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6595942544054710>. E-mail: lc589@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Um dos principais insumos à produção das economias capitalistas, o trabalho foi objeto de estudo de clássicos como Smith, Ricardo, Marx, e também de releituras neoclássicas e contemporâneas. Compreender o salário na forma de remuneração do trabalho faz-se importante ferramenta para que eventualmente *policymakers* e empresários incentivem o aumento da produtividade, que tende a implicar em crescimento econômico, como demonstrado por diversos autores ao longo do último século (SOLOW, 1956; BECKER, 1964; MINCER, 1984; LUCAS, 1988; ROMER, 1994; BECKER, 2009).

O Brasil tem enfrentado nos últimos anos eminentes dificuldades na geração de emprego e renda, com crescimento médio do PIB de -0,9 entre 2014-2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados do primeiro trimestre de 2019, disponibilizados pelo mesmo instituto, indicaram taxa de desocupação de aproximadamente 12,7% da população (13,4 milhões); e ademais, taxa de subutilização de 25,0%, e cerca de 4,8 milhões de pessoas desalentadas. Na contramão desse período de recessão econômica, o grande setor de serviços tem mostrado nos últimos trimestres recuperação mais acelerada, quando comparado aos demais (IBGE, 2019a). Componente desse setor, o turismo, particularmente no estado do Espírito Santo, tem sido uma atividade de destaque (IBGE, 2019b)⁵, além de ser estratégico para a geração de emprego e renda, conforme explicitado no Planejamento Estratégico de Turismo do Espírito Santo 2015-2018 (SETUR, 2018).

Mesmo com uma boa qualificação, as mulheres têm médias salariais inferiores aos dos homens (IPEA, 2013). Ainda, no Brasil surge algo chamado de segregação sexual horizontal (ARAÚJO, 2015), em que a preferência por profissionais do sexo feminino é maior para os cargos de médicas, enfermeiras, assistentes sociais, professoras. Tal fenômeno estimula a concorrência, mas também tende a diminuir a média dos salários. Paralelamente, estudos empíricos ao longo das últimas décadas apontam para uma inclusão de pretos e pardos no mercado de trabalho, mas o racismo estrutural é fenômeno que ainda permeia no cotidiano, o que pode diminuir a preferência por trabalhadores negros, bem como alocá-los em postos de trabalhos menos remunerados (DE PAULI, NAKABASHI e SAMPAIO, 2012; ARAÚJO, 2015; VALVERDE, 2016).

⁵ O Índice das Atividades Turísticas (IATUR) é divulgado em conjunto à PMS, pelo IBGE, para 12 unidades da federação, a saber: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal. A variação anual do indicador volume de atividade econômica para o Espírito Santo na série 2014-2018 foi respectivamente: 2,99%; -7,98%; -7,55%; -3,64% e; 7,57%.

Objetiva-se através das estimações oferecer indicadores que expliquem parcialmente a dinâmica da remuneração formal no setor turístico para a unidade da federação já mencionada, além de investigar qualitativamente diferenças salariais entre homens e mulheres, e autodeclarados pretos/negros na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e eventualmente estimular novas pesquisas e publicações correlatas que possam oferecer à sociedade civil, órgãos privados e públicos informações que viabilizem oportunidades em termos de inovação e geração de emprego e renda.

A escolha do ano de 2016 deu-se, principalmente, pelo motivo: (i) ano em que aconteceu no país dois eventos de destaque para economia brasileira, as Olimpíadas e Paralimpíadas, que segundo o Observatório de Turismo de São Paulo garantiram um acréscimo no turismo estrangeiro de 4,8% no Brasil. Aproximadamente, 6,6 milhões de turistas internacionais geraram aproximadamente 6,2 bilhões de dólares em receita cambial para o país conforme dados do Banco Central do Brasil (2019), valor superior à 2015 em 6,2%. Optou-se por expandir a análise, através dos dados da RAIS do ano de 2006, com o intuito agregar robustez ao trabalho em termos de informações que pudessem subsidiar uma leitura comparativa de dois momentos distintos de um mesmo recorte geográfico.

Além desta seção introdutória, a segunda seção realiza uma revisão da literatura no que tange ao mercado de trabalho formal e especificidades do turismo no Espírito Santo. A terceira seção apresenta a base de dados utilizada e a metodologia adotada, em seguida apresentam-se as regressões estimadas e discute-se os principais resultados relevantes para este trabalho, na quarta seção. A quinta e última seção precedente às referências, traz comentários gerais e aponta para eventuais desdobramentos desta pesquisa.

2 Turismo no Brasil e no Espírito Santo e Mercado de Trabalho

Esta seção é organizada em dois momentos, traz evidências empíricas e discute em linhas gerais aspectos relacionados à geração de emprego e renda no turismo e desigualdades salariais por raça/cor e gênero no Brasil. A subseção 2.1 dá foco à atividade turística apresentando estatísticas descritivas do perfil do trabalhador e do setor e a subsequente 2.2 trata principalmente da inserção da mulher no mercado de trabalho.

2.1 Emprego e renda no setor turístico brasileiro

Como fenômeno social, cultural e econômico, o turismo é uma atividade geradora de empregos e renda, como apontado por Nogueira (1987), Lage e Milone (2001) e Casimiro-Filho (2002). O setor também abarca uma série de atividades em cadeia, como explicitado em Wien (1989), Casimiro-Filho (2002), Takasago *et al.* (2010), entre outros. Estudos econométricos como de Rahaby (1988) e Lage (1988), de acordo com Santos (2016), investigaram o perfil da demanda turística internacional e o consumo do turismo no Brasil⁶. A Organização Mundial do Turismo (OMT) salienta a importância da pesquisa sobre o tema na seguinte forma: “tourism statistics are necessary for designing marketing strategies, strengthening inter-institutional relations, evaluating the efficiency and effectiveness of management decisions and measuring tourism throughout the national economy” (IRTS, 2008, p. 1).

A classificação nacional das atividades que compõe a indústria turística no Brasil segue as recomendações mundiais e foi traduzida pelo IBGE na forma da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). O emprego no turismo é medido pelo número de pessoas empregadas no conjunto de indústrias turísticas do mercado (IRTS, 2010). De acordo com Coelho e Sakowski (2015), as regiões concentradoras de renda e emprego tendem a abarcar também destinos turísticos de grande fluxo visitante. Em 2013, 49% do setor comportava informalmente os trabalhadores e o setor representava 2,2% do total ocupado na economia, dessa porcentagem 51% estava no Sudeste, seguido pelo Nordeste (23%), Sul (13%), e regiões Norte (7%) e Centro-Oeste (7%). O mesmo estudo aponta em seus resultados grande rotatividade da mão-de-obra empregada, para além da alta taxa de informalidade (SAKOWSKI, 2015). Com relação ao perfil dos ocupados, os resultados são semelhantes entre as unidades da federação, entretanto salienta-se a particularidade de algumas atividades como transporte marítimo e aéreo que são compostas em sua maioria por empregados graduados, diferentemente dos demais grupos:

Observa-se um nível de escolaridade maior no núcleo das ACTs em relação ao turismo e à economia, devido à influência da ACT transporte aéreo, que tem mais da metade dos ocupados com nível superior completo. Esta escolaridade certamente influencia na remuneração do núcleo das ACTs e da economia, que apresentam porcentagem maior de renda acima de dois salários mínimos (COELHO e SAKOWSKI, 2015, p. 16).

Santos (2016) reforça o papel do setor na diminuição das mazelas sociais, já que permite uma ampla margem para a criatividade e atividades informais em períodos sazonais. A

⁶ O Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938 dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional e a Lei 17.771/08 regulamenta a Política Nacional de Turismo no Brasil. O Ministério do Turismo é o órgão nacional responsável por fiscalizar e cumprir as leis nesse setor.

ampliação da capacidade geradora de renda de um local poderá ser investida em tecnologias físicas e sociais, e a médio e longo prazo trazer retornos em bem-estar aos municípios e áreas próximas através dos efeitos de transbordamento (SILVA, 2014; NOGUEIRA e ARRAES, 2015).

O setor no Espírito Santo é amplamente conhecido, principalmente pelo turismo de sol e praia e de negócios, e oferece diversas possibilidades ao longo de todo o ano, segundo o estudo de Hespanha *et. al.* (2016), a saber: festivais de cinema e de inverno, eventos nacionais e internacionais realizados na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), dentre outras opções de ecoturismo e *camping* nas regiões montanhosas do estado (IJSN, 2017).

Informações levantadas por Árias e Barbosa (2007) demonstram que em 2004 cerca de 3,72% da mão de obra empregada no turismo estava alocada no estado do Espírito Santo, e nessa porcentagem 66,8% são homens (11.590 trabalhadores). Ainda: 70,3% tem entre 25 e 49 anos, 45,3% estudou até a oitava série do ensino fundamental, e 43,5% tem menos de 12 meses de carteira assinada. Reforçando o argumento de baixas remunerações no setor trazido pela literatura em economia do turismo, 57,8% recebiam em dezembro de 2004 até dois salários mínimos (SM's) e média de 2,33 SM's. A razão entre a remuneração média feminina e masculina desenha cenário no qual as mulheres recebiam 62,2% do que recebiam os homens; informação que a seguir é explicitada nos valores negativos para as variáveis *dummy* mulher nas regressões em 2006 e 2016.

De acordo com o Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT), dos ocupados formais do setor turístico no Espírito Santo em 2016, 79,9% receberam até dois salários mínimos (SMs), 14,0% entre 2,01 e 3,0 SMs, 5,7% entre 3,01 e 5,0 SMs e, 1,4% 5,01 SMs ou mais (IPEA, 2019). O mesmo extrator de dados também indica que 32,2% estão no emprego há menos de 12 meses, 18,0% entre 12 e 24 meses, 28,7% entre 24 e 60 meses e 21,1% há mais de 60 meses empregado, o que confirma a alta rotatividade do setor apresentada na literatura consultada. 17,5% dos empregados tem até 24 anos, 66,7% de 25 a 49 anos e 15,9% 50 anos ou mais. A maior parcela dos empregados tem ensino médio e superior incompleto (67,4%), 4,9% estudaram até o 5º ano, 22,9% estudaram entre 6 e 9 anos, e a parcela com superior completo corresponde a 4,8% do total. 52,9% eram homens e 47,1% mulheres.

O turismo surge então, em períodos recessivos e de crise, como uma importante atividade nas economias em desenvolvimento. Especificamente tratando-se do estado do Espírito Santo, os dados e referências previamente apresentadas demonstram que o investimento no setor tem sido estratégico e garantido altos desempenhos comparativamente à outras unidades da federação (IBGE, 2019b; IJSN, 2020).

2.2 Questões raciais e de gênero no mercado de trabalho

O Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU) ao longo das últimas décadas têm recorrentemente discutido a inserção da mulher no mercado de trabalho mundial, embasados na ideia de que a subutilização dessa mão-de-obra gera uma perda de eficiência de mercado e de bem-estar das famílias, reforçando a produção e debate de políticas públicas que possibilitem que as plenas capacidades dos homens e mulheres sejam utilizadas⁷. As questões raciais também aparecem no debate acadêmico e público, conforme mencionado por Silvério (2002) no trecho:

No Brasil, no entanto, existiu e existe uma tentativa de negar a importância da raça como fator gerador de desigualdades sociais por uma parcela significativa dos setores dominantes. Só muito recentemente vozes dissonantes têm chamado a atenção sobre a singularidade de nossas relações raciais (SILVÉRIO, 2002, p. 223).

Resultados do IPEA (2013) mostram que a porcentagem da participação no mercado de trabalho das mulheres com idade entre 15 e 59 anos aumentou de 52,5% em 1992, para 61% em 2012. Contudo, ainda existem significativas desigualdades no que tange às diferenças salariais entre homens e mulheres (ABRAMO, 2007; OLIVEIRA e RIOS-NETO, 2006). Ademais, por muito tempo o homem foi visto como figura paternalista, responsável pela renda da família e trabalho, enquanto a mulher era vista na sociedade com inferioridade. Historicamente, em conjunto com outros fatores como por exemplo questões físicas, a mulher na sociedade e principalmente no mercado de trabalho, sofre preconceito e discriminação (VALVERDE, 2016; DI PAULI, NAKABASHI e SAMPAIO, 2012). Segundo Araújo (2016), um dos motivos que explicam as diferenças salariais entre homens e mulheres é a dupla jornada que a mulher enfrenta antes ou depois do expediente de trabalho, ou seja, a mulher ainda é ligada a vida privada, ou de cuidado do lar que acaba por reduzir parcialmente sua produtividade.

O estudo *Dossiê Mulheres Negras* argumenta que apesar dos avanços nas discussões, a mulher, em especial a mulher negra está, sublocada e ou excluída de algumas cadeias produtivas:

⁷ Para combater as desigualdades, a Constituição de 1988 em seu artigo 7º reforça a igualdade de salários entre gêneros, porém faz-se necessários mecanismos que ajustem os salários para que de fato se igualem no mercado, pois as discrepâncias em pleno Século XXI são ainda grandes.

[...] é possível perceber, ao longo da série histórica aqui acompanhada (1992-2012), uma redução na desigualdade: no início da série, as mulheres negras ganhavam cerca de 40% do que recebiam as brancas e, no final da série, chegaram a 51%. O mesmo se verifica para a população masculina, com os homens negros recebendo 44% do rendimento dos homens brancos, em 1995, e 52%, em 2009 (IPEA, 2013, p. 19).

Cacciamali e Hirata (2005) associam parte dessas disparidades à herança escravocrata dos tempos coloniais:

As desigualdades sociais e de renda entre brancos e negros podem ser interpretadas de duas maneiras, conforme as sínteses realizadas por Lovell (1992) e Wood e Carvalho (1994). A primeira nos remete à herança escravocrata que ainda permeia as relações sociais no Brasil, redundando em um tratamento inferior para os negros e pardos e consolidando a sua participação nos estratos inferiores da sociedade. A segunda interpretação considera que a discriminação na nossa sociedade se baseia em um preconceito negativo com relação aos mais pobres ao invés de raça. Considerando que a maioria dos pobres é parda e negra, somos levados a confundir a discriminação contra os pobres com discriminação racial. Assim, à medida que negros e pardos ascendam para estratos de renda superiores deixarão de ser discriminados (CACCIAMALI; HIRATA, 2005, p. 770).

Muñoz-Bullón (2008) em estudo realizado para o setor turístico na Espanha, além de indicar a baixa escolaridade do empregado médio, aponta para uma média salarial de aproximadamente 6,7% menor entre as mulheres. Através dos microdados da PNAD/IBGE (2004) o estudo de Coelho, Veszteg e Soares (2010) também aponta para uma assimetria salarial entre homens e mulheres⁸, para além da discriminação racial entre grupos étnico-raciais (brancos, pretos, pardos e indígenas).

Em atenção aos possíveis diferenciais de remuneração de acordo com o sexo e a raça dos indivíduos, o presente estudo levou estas questões em consideração ao realizar a análise através da metodologia proposta, que está exposta na próxima seção.

3 METODOLOGIA

Esta seção está subdividida em três partes. Na primeira são apresentados os dados empregados no presente estudo e suas fontes de obtenção, e a segunda apresenta a forma como foi construído o modelo analítico. Em um terceiro momento, estão sinalizados os testes realizados e inferências preliminares obtidas no presente trabalho.

3.1 Fonte de Dados

⁸ Ver Giuberti e Menezes-Filho, 2005; Coelho, Veszteg e Soares, 2010; e Teixeira e Menezes-Filho, 2012.

A base de dados utilizada foi obtida através dos microdados RAIS⁹ (2006; 2016) do Espírito Santo, contemplando empregados nos setores público e privado (celetistas e estatutários, regidos pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975). O tratamento dos dados selecionou para 2006 e 2016 respectivamente 41.504 e 59.324 observações, abarcadas nas atividades características do turismo (ACT's) conforme Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0)¹⁰, realizada pelo IBGE em consonância texto ao da *International Recommendation for Tourism Statistics* (IRTS) da OMT.

3.2 O modelo econométrico

Tratando regressões múltiplas com dados em *cross-section*, o presente estudo faz uso da equação minceriana de estimação salarial e do tradicional método de Mínimos Quadrados Ordinários. O Modelo é especificado como:

$$Y = \beta X + u_i \quad (1)$$

Em que:

Y = vetor de resultados da regressão;

β = vetor dos coeficientes da regressão;

X = matriz das variáveis explicativas;

u_i = vetor do erro estocástico.

A regressão obtida por Mínimos Quadrados Ordinários necessita, assumir algumas suposições a saber: (i) o modelo foi bem especificado, (ii) os erros devem possuir média condicional igual a zero, (iii) homocedasticidade que implica que a variância dos resíduos é igual à σ^2 $\{[Varu_i] = \sigma^2\}$, (iv) os erros não devem estar correlacionados¹¹ e devem assumir distribuição Normal (WOOLDRIDGE, 2003).

⁹ Para mais informações sobre a RAIS, acesse o Manual de Orientação da Rais, presente no site do Ministério do Trabalho (MT), conforme endereço eletrônico: http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2018.pdf.

¹⁰ A lista completa das subclasses utilizadas neste trabalho está disponível no site Dados e Fatos do Ministério do Turismo, conforme endereço eletrônico <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>>.

¹¹ Por hipótese, estimadores que cumprem essas exigências configuram-se como *BLUE* (*Best Linear Unbiased Estimator*), garantindo os melhores estimadores lineares não viesados de β_j .

A equação original em Mincer (1984) utiliza escolaridade, experiência e o quadrado da experiência para explicar o logaritmo natural de salário hora¹². Outras formas funcionais foram desenvolvidas com o passar dos anos, adaptando-se às realidades geográficas e de bases de dados disponíveis à cada localidade. Neste estudo utilizar-se-á uma versão estendida que inclui a variável idade e idade ao quadrado conforme proposto por Menezes e Azzoni (2006), a escolaridade ao cubo, para além das *dummies* mulher, preto¹³, e mulher preta:

$$\begin{aligned} \ln Y_{sal(hora)} = & \hat{\beta}_0 + \hat{\beta}_1 \text{escolaridade} + \hat{\beta}_2 \text{idade} + \hat{\beta}_3 \text{experiência} + \hat{\beta}_4 \text{escolaridade}^2 \\ & + \hat{\beta}_5 \text{idade}^2 + \hat{\beta}_6 \text{experiência}^2 + \hat{\beta}_7 \text{escolaridade}^3 + \hat{\beta}_8 \text{mulher} \\ & + \hat{\beta}_9 \text{preto} + \hat{\beta}_{10} \text{mulher preta} + \hat{u}_t \end{aligned} \quad (2)$$

Em que:

$\ln Y_{sal(hora)}$ = a variável salário/hora foi obtida através do quociente entre o salário médio nominal obtido pelo empregado nos anos 2006 e 2016 e as horas mensais a serem cumpridas pelo trabalhador.

$\hat{\beta}_j$ = coeficientes da regressão, $j = (0, 1, 2, \dots, 10)$;

escolaridade = anos de estudo do empregado;

idade = idade do empregado;

experiência = permanência do empregado no vínculo atual, em anos;

*escolaridade*² = anos de estudo do empregado ao quadrado;

*idade*² = idade do empregado ao quadrado;

*experiência*² = permanência do empregado no vínculo atual ao quadrado;

*escolaridade*³ = anos de estudo do empregado ao cubo;

mulher = *dummy* 1 se mulher e 0 caso contrário;

preto = *dummy* 1 = se preto/negro e 0 caso contrário;

mulher preta = variável de interação obtida através da multiplicação mulher e preto/negro; *dummy* 1 se mulher preta/negra e 0 caso contrário;

\hat{u}_t = resíduo da regressão.

Conforme a bibliografia consultada, é previsto que os efeitos de *escolaridade*, *idade* e *experiência* no salário sejam positivos, ao contrário da segunda potência dessas variáveis, que

¹² Teixeira e Menezes-Filho (2012, p. 485): “cabe ressaltar que a especificação log-linear da equação de salários é pelo fato de que em muitos casos a distribuição desta variável aproxima-se bem de uma distribuição log-normal”.

¹³ Alguns trabalhos econométricos agrupam pretos e pardos para analisar os efeitos de discriminação por raça/cor. No intuito de compreender o fenômeno do racismo estrutural dentro desse grupo e no contexto do setor turístico, a variável *dummy* utilizada leva em conta apenas os empregados autodeclarados pretos/negros na RAIS.

tende a demonstrar um sinal oposto da sua forma em primeira potência. Espera-se que os efeitos das variáveis *mulher*, *preto* e *mulher preta* sejam negativos, no intuito de captar assimetrias salariais já sugeridas na primeira seção. Na sequência, a subseção 3.3 apresenta estatísticas, inferências preliminares e uma tabela indicando as variáveis utilizadas e seus respectivos sinais esperados para o modelo econométrico em questão.

3.3 Testes e inferências preliminares

A Tabela 1 traz as estatísticas descritivas das variáveis (média, desvio padrão, máximo e mínimo, sinais esperados e encontrados)¹⁴:

Tabela 1 - Detalhamento das variáveis utilizadas

continua

Ano	Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Sinal esperado	Sinal Encontrado
2006	<i>ln (salário)</i>	0,8417	0,471	-0,8537	4,6088		
	<i>escolaridade</i>	9,8191	2,5545	0	22	+	+
	<i>Idade</i>	32,3961	10,4981	14	93	+	+
	<i>Experiência</i>	2,2901	3,4559	0	39,533	+	+
	<i>escolaridade</i> ²	102,9414	47,5747	0	484	-	-
	<i>Idade</i> ²	1159,718	761,6137	196	8649	-	-
	<i>Experiência</i> ²	17,1877	61,3332	0	1562,884	-	-
	<i>escolaridade</i> ³	1129,851	742,1762	0	10648	+	+
	<i>Mulher</i>	0,4591	0,4983	0	1	-	-
	<i>Preto</i>	0,0677	0,2512	0	1	-	+
	<i>mulher preta</i>	0,0303	0,1713	0	1	-	-
		<i>ln (salário)</i>	1,9592	0,4091	0,4055	6,62	
	<i>escolaridade</i>	10,8226	2,3471	0	22	+	+
	<i>Idade</i>	34,0435	11,2651	14	82	+	+
	<i>Experiência</i>	2,3157	3,3692	0	49,075	+	+
	<i>escolaridade</i> ²	122,6377	45,9667	0	484	-	-

¹⁴ Construída a partir da função *summarize* no software *Stata 15*

Tabela 1 - Detalhamento das variáveis utilizadas							Conclusão
Ano	Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Sinal esperado	Sinal Encontrado
2016	<i>experiência</i> ²	16,7141	64,593	0	2408,356	-	-
	<i>escolaridade</i> ³	1432,601	760,195	0	10648	+	+
	<i>Mulher</i>	0,5541	0,4971	0	1	-	-
	<i>Preto</i>	0,0596386	0,236818	0	1	-	-
	<i>mulher preta</i>	0,0340166	0,1812733	0	1	-	+

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS (2006; 2016).

A variável *idade* em sua forma quadrática é capaz oferecer um indicador para mensuração da idade máxima em que o aumento etário tem efeito positivo sobre o salário, na forma do *turnaround point* ou ponto de virada¹⁵.

$$\text{turnaround point} = \left| \frac{\hat{\beta}_2(\text{idade})}{2\hat{\beta}_5(\text{idade}^2)} \right|$$

O teste de Mackinnon, White e Davidson (MWD) testa a melhor especificação dentre o modelo linear *versus* um modelo log linear.

Hipótese nula (H0): modelo linear

Hipótese alternativa (H1): modelo log linear

Rejeitou-se a hipótese nula do modelo linear e fez-se uso do modelo *log linear*, conforme especificado anteriormente. A partir do teste Ramsey-RESET realizado, foi possível confirmar a correta utilização de variáveis quadráticas para o caso da escolaridade, idade e experiência, e efeitos cúbicos para a variável escolaridade¹⁶. Os testes de White e Breusch-Pagan apontaram para heterocedasticidade do modelo. Assumindo o desconhecimento da raiz da heterocedasticidade, fez-se uso da estimação por MQO com correção robusta de White (Modelos 2 e 4). Os resultados obtidos são analisados a seguir.

¹⁵ O mesmo se deu para as variáveis educação e experiência.

¹⁶ Thrane (2010) demonstra através de regressões múltiplas que o retorno salarial no turismo tende a ser crescente à medida que os trabalhadores invistam em escolaridade. Efeitos da variável escolaridade ao cubo são analisados em Asadullah (2009).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O artigo de Senna (1976) indica que com as mesmas variáveis utilizadas na equação minceriana, o coeficiente de determinação (R^2) para o Brasil, Estados Unidos e Japão tende a variar substancialmente. Macedo (1985) demonstra uma grande diferença entre os coeficientes de determinação em regressões realizadas para empresas públicas (0,71) e privadas (0,14).

Tabela 2 - Resultado das regressões estimadas¹⁷

Variável <i>ln (salário)</i>	2006		2016	
	Modelo 1: MQO	Modelo 2: MQO Robusto	Modelo 3: MQO	Modelo 4: MQO Robusto
<i>Escolaridade</i>	0,09052*** (0,0096395)	0,09052*** (0,0161661)	0,0793*** (0,0074407)	0,0793*** (0,0115777)
<i>Idade</i>	0,0526*** (0,0011449)	0,0526*** (0,0013484)	0,0173*** (0,0007946)	0,0173*** (0,0008915)
<i>Experiência</i>	0,0279*** (0,0013612)	0,0279*** (0,0017463)	0,0421*** (0,0009473)	0,0421*** (0,0012351)
<i>escolaridade²</i>	-0,0144*** (0,0010615)	-0,0144*** (0,0021016)	-0,0133*** (0,0007997)	-0,0133*** (0,0014516)
<i>idade²</i>	-0,0006*** (0,0000157)	-0,0006*** (0,000019)	-0,0002*** (0,0000104)	-0,0002*** (0,0000123)
<i>experiência²</i>	-0,0002*** (0,0000739)	-0,0002*** (0,0001085)	-0,0009*** (0,0000478)	-0,0009*** (0,0000691)
<i>escolaridade³</i>	0,0007*** (0,0000376)	0,0007*** (0,0000841)	0,0007*** (0,0000273)	0,0007*** (0,0000558)
<i>Mulher</i>	-0,2728*** (0,0041831)	-0,2728*** (0,0042143)	-0,1962*** (0,0030778)	-0,1962*** (0,0031817)
<i>Preto</i>	0,0039 (0,0106777)	0,0039 (0,0106763)	-0,0278*** (0,0095234)	-0,0278*** (0,0100533)
<i>mulher preta</i>	-0,0456 (0,0159031)	-0,0456 (0,0137784)	0,0172 (0,0126182)	0,0172 (0,0118378)
<i>Constante</i>	-0,3509*** (0,0339366)	-0,3509*** (0,0407067)	1,4009*** (0,0263478)	1,4009*** (0,0303275)
<i>R-Squared</i>	0,2636	0,2636	0,2247	0,2247
				Continua...

¹⁷ Os coeficientes da segunda e quarta colunas foram obtidos adotando o estimador robusto de erro padrão de White (1980).

Número de observações	41.504	41.504	59.324	59.324
Teste de White	2708.44 (0,0000)	2708.44 (0,0000)	3770,07 (0,0000)	3770,07 (0,0000)
Teste LM de Breusch-Pagan	6406.85 (0,0000)	6406.85 (0,0000)	12985,37 (0,0000)	12985,37 (0,0000)
Teste F	1485,55 (0,0000)	1110.95 (0,0000)	1718,62 (0,0000)	998,51 (0,0000)

***significativo ao nível de 1% ; significativo ao nível de 5%. Os erros-padrão estão expostos entre parênteses. Fonte: Elaboração própria, a partir de Microdados RAIS (2006/2016).

O R² do Modelo 2 (2006) explica, *coeteris paribus*, cerca de 26,46% do salário pago aos trabalhadores formais do Espírito Santo. Para 2016, o coeficiente de determinação é 22,47%. Com exceção das *dumimies* preto em 2006 e mulher preta em ambos os anos, todos os demais estimadores foram estatisticamente significantes em sua maioria ao nível de 1%, rejeitando-se a hipótese nula de $\beta_j = 0$. Com exceção da variável preto em 2006, os sinais obtidos nas estimações foram os esperados, conforme Tabela 1 apresentada na terceira seção. O fato dessas variáveis não terem sido significativas pode indicar uma sub participação desse grupo étnico-racial no mercado de trabalho turístico do Espírito Santo, e nesse caso investir em políticas públicas, legislação protetiva e punitiva às empresas do setor, pode colaborar para uma inclusão desse grupo e outras minorias atualmente alheias ao mercado de trabalho formal, como também sugere Muñoz-Bullón (2008).

O fato de Y_i estar logaritimizada implica em elasticidades. O modelo aqui apresentado faz uso da escolaridade ao quadrado e ao cubo¹⁸, implicando que essa variável exerce funções exponenciais impactando nos salários formais do turismo. A análise dos efeitos da escolaridade, tudo mais constante, implica que a cada ano de educação formal o empregado no setor turístico receberia um acréscimo salarial de aproximadamente 6,38% em 2006 e 4,52% em 2016. O resultado difere em magnitude de estudos realizados para a indústria turística em países desenvolvidos como é caso da Noruega, no qual os retornos da educação impactariam em aproximadamente 21,5% nos salários dos homens e cerca de 18,1% no salário das mulheres (THRANE, 2010). Os resultados obtidos do efeito da educação corroboram com os encontrados em Asadullah (2009), o qual argumenta que o ensino superior e pós-graduação tende a implicar em maiores salários para os trabalhadores dos setores público e privado.

Os resultados da variável idade demonstram um pequeno retorno a cada ano acrescido em termos de salário hora, 5,14% em 2006 e 1,16% em 2016. Respectivamente, para as

¹⁸ Os efeitos da educação foram obtidos a partir da primeira derivada da equação obtida.

regressões estimadas, é possível observar através do *turnaround point* que os pontos de máximo da função idade são 43,83 e 43,25 anos. Tudo mais constante o retorno a cada ano em experiência sobre o salário hora é de aproximadamente 2,75% em 2006 e 3,65% em 2016.

Corseuil e Santos (2002) mostraram que existe diferença salarial no setor turístico brasileiro formal, as mulheres receberiam aproximadamente 33% menos que homens com as mesmas capacidades profissionais. No Espírito Santo em 2016, *ceteris paribus*, observa-se que as mulheres empregadas no turismo receberam cerca de 19,62% menos que os homens; em 2006 menos 27,28%. Os resultados corroboram com outros estudos que avaliam a existência de assimetrias salariais por gênero no Brasil (GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; COELHO; VERSTEG; SOARES, 2010; TEIXEIRA; MENEZES-FILHO, 2012). Em 2007 em Portugal, essa diferença era aproximadamente 8,4% (SANTOS; VAREJÃO, 2007), as mulheres ganhavam aproximadamente €2,55 por hora enquanto os homens com as mesmas qualificações ganhavam cerca de €2,95. No Espírito Santo em 2006 e 2016 respectivamente, o salário hora do trabalhador formal médio no turismo é aproximadamente R\$2,65 e R\$8,03.

Diferentemente do esperado, o resultado de -2,3% para a desigualdade por raça/cor, ainda que estatisticamente significativo e apresentando o sinal comumente observado empiricamente (SACHSIDA; LOUREIRO; MENDONÇA, 2004), não demonstra um grande *gap* entre os autodeclarados pretos/negros e demais grupos étnicos, tal como no caso da *dummy* mulher preta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo econométrico de estimação salarial aqui apresentado busca compreender como o trabalho formal no setor de turismo no Espírito Santo é explicado pela escolaridade, experiência e idade dos trabalhadores capixabas, e os resultados dessas estimativas colaboram para a literatura dos temas turismo e mercado de trabalho. Para além dessas, as *dummies* *mulher* e *preto* foram incluídas no modelo presumindo diferenças salariais entre homens e mulheres, e autodeclarados pretos/negros. As estimativas em ambos os recortes temporais apontaram principalmente, para desigualdades salariais de gênero, porém é prudente melhor averiguação se o fenômeno acontece isoladamente ou se é recorrente em outros estados brasileiros. O processo de inclusão está altamente ligado à formação cultural e social dos países e é recomendado que debates e estudos sobre o tema sejam realizados.

Apesar da diferença salarial entre homens e mulheres ter sido atenuada em uma década no setor turístico do Espírito Santo, a desigualdade ainda persiste. A discussão sobre a mulher

no mercado de trabalho é relativamente recente no Brasil se comparada ao resto do mundo, mas caminhamos para um cenário onde grandes grupos políticos como ONU e Banco Mundial realizam constantemente pesquisas e fóruns acerca do tema, apresentando causas e medidas para que o cenário de desigualdade seja amenizado, promovendo oportunidades em investimentos em educação e capacitação da mão-de-obra. Investir em empresas e empreendimentos turísticos é uma janela de oportunidade para geração de emprego e renda em momentos de crise, além de desempenhar um papel sócio-cultural essencial em um país com tantas riquezas naturais como é o caso do Brasil.

O setor formal do Espírito Santo representa uma parcela da população ocupada no turismo e, compreendemos que por retratar recortes, a análise é uma contribuição à bibliografia do tema mas possui limitações. Os resultados obtidos corroboram com a literatura, e abrem um espaço para pesquisas futuras na obtenção de uma compreensão macro do setor turístico brasileiro, utilizando informações para as demais unidades da federação, outros recortes temporais e distintas variáveis qualitativas presentes na Relação Anual de Informações Sociais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?**. 2007. 327f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2007.

ARAÚJO, C. F. S. A dupla jornada de mulheres inseridas no mercado de trabalho turístico em Aracaju - SE. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v. 1, n. 1, 2015.

ÁRIAS, A. R. & BARBOSA, M. A. C. **Caracterização da mão-de-obra do Mercado Formal de Trabalho do Setor Turismo** - Estimativas Baseadas nos Dados da RAIS de 2004. IPEA, Textos para Discussão nº 1308, Rio de Janeiro, 2007.

ASADULLAH, M. N. Returns to private and public education in Bangladesh and Pakistan: a comparative analysis. **Journal of Asian Economics** **20**. p 77–86, 2009.

BCB. **Focus: Relatório de Mercado**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20190628.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

BECKER, G. S. 'Investment in human capital: a theoretical analysis', **Journal of Political Economy**, Vol 70, pp 9–49, 1962.

_____. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. **Chicago, Ill**: University of Chicago Press, 2009.

CACCIAMALI, M. C; HIRATA, G. I. A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda – Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalho Distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, out./dez. 2005.

COELHO, M. H. P.; SAKOWSKI, P. A. M. Perfil da mão-de-obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações. **Texto para discussão 1938**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

COELHO, D; VESZTEG, R.; SOARES, F. V. Regressão quantílica com correção para a seletividade amostral: estimativa dos retornos educacionais e diferenciais raciais na distribuição de salários das mulheres no Brasil. IPEA. **Texto para discussão**. n. 1483. Brasília, abril de 2010.

DE PAULI, R. C. ; NAKABASHI, L. ;SAMPAIO, A. V. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 32, nº 3, p. 459-478, jul./set. 2012.

GIUBERTI, A. C. MENEZES-FILHO, N. A. Discriminação De Rendimentos Por Gênero: Uma Comparação Entre O Brasil E Os Estados Unidos. **Econ. Aplic.**, 9(3). p. 369-383, jul./set. 2005.

GUJARATI, D. N. Econometria básica [**recurso eletrônico**] / Damodar N. Gujarati, Dawn C. Porter ; tradução Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G. L. Rosa ; revisão técnica Cláudio D. Shikida, Ari Francisco de Araújo Júnior, Márcio Antônio Salvato. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2011.

IBGE. **Anuário Estatístico de Turismo (2017)**. Volume 44, ano base 2016. Brasília. Janeiro, 2018.

_____. **Estatísticas Sociais**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24284-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-7-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-25-0-no-trimestre-encerrado-em-marco-de-2019>>. Acesso em: 08 jul. 2019a.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default_tab_hist.shtm>. Acesso em: 17 jun. 2019b.

_____. **Pesquisa Mensal de Serviços**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas>>. Acesso em: 26 maio 2019c.

IJSN, Instituto Jones dos Santos Neves. **A economia do turismo no Espírito Santo**. Vitória, ES, 2020. 77p. Texto para discussão, 59.

_____. **Economia criativa no Espírito Santo**: painel de indicadores. Texto para Discussão 57. Vitória, 2016.

_____. Características do emprego formal no Espírito Santo - 2016. Vitória, ES, **Caderno de Pesquisa**. 34p. 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. **Dossiê Mulheres negras retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil**, 2013.

LUCAS, R. E. Jr. "On the Mechanics of Development Planning". **Journal of Monetary Economics**, New York, v. 22, n. 1(July), p. 3-42. 1988.

MACEDO, R. Diferenciais de salários entre empresas privadas e estatais no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 39, nº 4, p. 437-448, out./dez. Rio de Janeiro, 1985.

Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano base 2018. – Brasília: ME, **SEPT – ST - CGCIPE**. 50 p.

MENEZES, T., A. AZZONI, C., R. Convergência De Salários Entre As Regiões Metropolitanas Brasileiras: Custo De Vida E Aspectos De Demanda E Oferta De Trabalho. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v.36. n.3. 2006.

MENEZES-FILHO, N. A. MENDES., M.; ALMEIDA, E. S. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro 58(2):235-248 abr./jun. 2004.

MINCER, J. Human capital and economic growth. **Economics of Education Review**, Oxford, UK, v. 3, n. 3, p. 195-205, 1984.

Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7455-receita-cambial-do-turismofecha-2016-com-alta.html>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

Ministério do Turismo, IPEA. Produto 5: Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões. 2015.

MUÑOZ-BULLÓN, F. Tourism Management 30 (2009) 638–649. The gap between male and female pay in the Spanish tourism industry. **Tourism Management** 30 638–649 (2009).

NOGUEIRA, L. V. ARRAES, R. A função de produção de ideias e crescimento no brasil e suas regiões. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 4, p. 641-678. 2015.

NOGUEIRA; M. G. **O Papel do Turismo no Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil**. Revista Administração Pública, Rio de Janeiro. 21 (2) 37-54. Jun. 1987.

OLIVEIRA, A. M. H. C.; RIOS-NETO, E. L. G. Tendências da Desigualdade Salarial para Coortes de Mulheres Brancas e Negras no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 36(2): 205-236, abr./jun. 2006.

ROMER, P. M. (1994). "The Origins of Endogenous Growth", **Journal of Economic Perspectives**, v. 8, no. 1 (p 3-22).

_____. "Endogenous technological change". **Journal of Political Economy**, October 1990, v. 98, n. 5, S71-S102.

SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P. R. A.; MENDONÇA, M., J., C. Um Estudo Sobre Retorno em Escolaridade no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro 58(2):249-265 ABR/JUN 2004.

SAKOWSKI, P. M. Mensurando o Emprego no Setor Turismo no Brasil: Do Nível Nacional ao Regional e Local, n° 2073, **Texto para Discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015.

SANTOS, L. D; VAREJÃO, J. Employment, pay and discrimination in the tourism industry. **Tourism Economics**, 2007, 13 (2), 225–240.

SANTOS, G. E. de O. Pesquisa científica em economia do turismo no Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, n° 26, 2016, 79-88. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/6324>>. Acesso em: 07 ago 2018.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESPÍRITO SANTO (SETUR). **Planejamento Estratégico do Turismo do Espírito Santo 2015 - 2018**. Disponível em: <https://setur.es.gov.br/Media/setur/Setur/plano%20estrategico%202015%20_2018.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SENNA, J. J. Escolaridade, Experiência No Trabalho e Salários No Brasil. **Ensaios Economicos DA EPGE / FGV / N9 22**, 1976.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa E O Combate Ao Racismo Institucional No Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, novembro 2002.

TEIXEIRA, W., M.; MENEZES-FILHO, N., A. Estimando o retorno à educação do Brasil considerando a legislação educacional brasileira como um instrumento. **Revista de Economia Política**, vol. 32, n° 3 (128), pp. 479-496, jul./set. 2012.

TILTAG, A. How Much Wage Variation Can We Explain? Department of Economics, University of Trier, **Universitätsring 15**, 54296 Trier, Germany. 2017.

THRANE, C. Education and earnings in the tourism industry – the role of sheepskin effects. **Tourism Economics**, 2010, 16 (3), 549–563.

VALVERDE, J. A. V. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**: Discriminação, Assédio, Diferença salarial entre gêneros e Avanços na busca pela igualdade. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

VERGARA, D. H. Diferenças de salários entre os setores público e privado da Economia Brasileira. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 12 (1): 73-85, 1991.

WOOLDRIDGE, J.M. Introductory Econometrics: a Modern Approach. 2 ed. **Ohio: South-Western College Pub**, 2003.